

Parlamentar perderá jeton

Proposta da comissão estabelece remuneração mensal fixa

ANC 88
Pasta Jan/Jul 86
042

Rio — A remuneração variável dos parlamentares pelo comparecimento às sessões plenárias, jeton, poderá ser substituída por subsídio mensal fixo e ajuda de custo anual. Entretanto, o deputado que se ausentar por mais de um terço das sessões, estará sujeito a perda de mandato, através de decisão da Mesa da Câmara ou ação popular.

A proposta foi aprovada, ontem, pelo Comitê do Poder Legislativo e Organização Partidária, da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, presidida pelo jurista Afonso Arinos. A comissão se reuniu segunda-feira e ontem, para compatibilizar os trabalhos de dez comitês temáticos. Praticamente concluída, a redação final será levada ao presidente José Sarney e encaminhada ao Congresso.

O comitê considerou, também, que a fidelidade partidária deve ser reforçada na nova Constituição, com perda de mandato para o deputado que deixar o partido pelo qual foi eleito. Segundo o jurista Miguel Reale, a dignidade democrática está em respeitar a linha partidária, embora discorde que a Constituição deva resolver problemas de ordem política e moral. Por sugestão do procurador-geral da República, José Paulo Sepúlveda Pertence, foi acrescentada à matéria ressalva de que a troca de legenda só será permitida para o deputado que desejar participar da fundação de outro partido.

Segundo proposta do comitê, o Poder Legislativo

Brossard prevê futuro estável

Washington — A nova Constituição do Brasil, redigida pela assembléia a ser eleita em novembro, abrirá para o País um novo caminho político, conservando, contudo, suas instituições tradicionais, disse o ministro da Justiça, Paulo Brossard, em conferência na Escola de Estudos Internacionais Avançados, da Universidade Johns Hopkins, em Washington.

Segundo Brossard, o Brasil já suportou vários "terremotos institucionais" e saiu fortalecido. Por isso, "posso afirmar que daremos fim ao



poderá criar comissões permanentes para fiscalização das empresas estatais.

O advogado Miguel Reale Júnior, membro do Comitê, acredita que a medida irá reforçar o objetivo da nova Constituição, que é dar aos parlamentares maior forma de controle. Também ficou estabelecido a idade mínima de 21 anos para o candidato às eleições, e cada legislatura terá um mandato de quatro anos.

REPRESENTAÇÃO

Não ficou definido, no entanto, o critério da representatividade na Câmara dos Deputados. O cientista político Bolívar Lamounier apresentou proposta, no sentido de que o cálculo aritmético seja feito da seguinte maneira: para cada 250 mil habitantes, um deputado, até o limite de 60. A partir daí, um deputado para cada 500 mil habitantes.

Durante as discussões houve protestos quanto ao equilíbrio representativo entre Estados muito populosos, como São Paulo, que tem representação desproporcional ao seu contingente populacional, e pouco po-

pulosos, como o Acre, que estaria super-representado. Prevaleceu o entendimento de que nenhum Estado tenha sua representação diminuída, fazendo-se uma projeção para o futuro.

A competência do Senado no novo regime também tomou boa parte dos debates. Houve consenso sobre a necessidade de alteração e fixou-se a decisão a ser tomada em torno de algumas linhas básicas: revisão das matérias da Câmara, iniciativa legislativa privativa em determinadas questões, interação com o Presidente da República, controle dos atos internacionais, decisão sobre questões que envolvam conflitos entre os Estados e controle sobre a legalidade do poder regulamentar.

COM SUBSTÂNCIA

O presidente da Comissão Afonso Arinos, disse ontem que não gostaria que a proposta de nova Constituição fosse "tagarela", isto é, extremamente rica de material, mas sem substância. Arinos acredita que só quando os temas entram na fase de sistematização é que o perfil do anteprojeto estará delineado. No momento, limita a sua avaliação, "estou meio desconfiado". Arinos reconheceu, no entanto, itens inovadores nos capítulos referentes à ordem econômica e social e ao Poder Legislativo.

Afonso Arinos revelou que o anteprojeto da nova Carta será publicada pela Imprensa Oficial ou pela gráfica do Senado, juntamente com as sugestões vencidas na comissão, se

assim seus autores desejarem. Ele acredita que a Assembléia Nacional Constituinte não pode deixar de receber o anteprojeto, por ser larga a tradição de cortesia parlamentar. Informou ainda que já conversou com o deputado Alencar Furtado (PMDB-PR), presidente da Comissão Constitucional Interpartidária.

Arinos rebateu as críticas do governador Leonel Brizola no sentido de que a tese parlamentarista provocará a formação de uma Constituinte conservadora. Segundo Arinos, as declarações do governador são "ingênuas" e assegurou sua certeza na aceitação do regime parlamentarista.

traumatismo sofrido pelo povo brasileiro através de sucessivas alterações de sua Carta Magna, e teremos um futuro institucional mais estável".

Depois de afirmar que após as sucessivas rupturas institucionais sofridas pelo Brasil a fase de recuperação foi necessariamente longa. Acrescentou que finalmente se estabeleceu "a democracia de que o País já desfruta e que está tratando de consolidar ainda mais".

"Não me atrevera a fazer prognósticos em torno da futura assembléia que redigi-

rá a Constituição, mas acredito que ocorrerá a reiteração do consagrado, com a correção de todos os elementos alheios à realidade política e social do País".

De acordo com o ministro, a nova política econômica do governo terá importância fundamental para a assembléia constituinte, dando-lhe condições de trabalho muito melhores do que as vigentes até há poucos meses, "porque com uma inflação superior a 200 por cento era muito difícil fazer-se algo de duração permanente".